

1

ATA DO PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE CULTURAL DO RECIFE-29/11/2018.

2 No dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, às 15h33min horas, no Auditório Capiba/Prefeitura
3 do Recife, com a presença de 15 Conselheiros/as de Cultura, mas com a garantia de que no decorrer de
4 tempo breve atingiria-se o quórum de 21, sob a coordenação do Chefe de Divisão do Conselho Municipal de
5 Política Cultural do Recife José Clementino deu-se o início ao Pleno do Conselho Municipal de Política
6 Cultural do Recife-CMPC com o informe da audiência do Ministério Público de Pernambuco/Promotoria de
7 Justiça e Direitos Humanos, ocorrida em 07/11/2018, relatando que as conversas foram separadas entre
8 governo e sociedade civil. Que a discussão principal se deu sobre a validade do mandato dos membros do
9 Conselho e do questionamento acerca do quórum. Ainda colocou a interpretação do Promotor de que, se os
10 atuais conselheiros/as não estão devidamente regularizados não há razão de cobrar poder de decisão de tais
11 reuniões. Na ocasião da audiência, José Clementino informa que manifestou opinião quanto ao imposto pela
12 Lei e pelo Decreto, ao estabelecer a duração do mandato em 02 (dois) anos, permitida uma recondução e no
13 Decreto que instituiu o Regimento Interno prevê-se a prorrogação automática dos mandatos até que se
14 efetive a sucessão. Relatou também que se não fosse a limitação do quórum, comprometido também pela
15 vacância das representações muitas das reuniões poderiam ser validadas com o número que vem
16 comparecendo e que para tanto, se faz necessário alterar o Regimento Interno e desde então propôs uma
17 convocação para este fim bem como apresentando a proposta de primeiro o CMPC/Recife organizar e
18 realizar as eleições do Conselho para só posteriormente organizar a Conferência Municipal de Cultura. Que
19 neste processo de Conferência a ausência de Teca Carlos é bastante sentida em virtude do grande acúmulo e
20 experiência da ex-Conselheira Municipal. Com essas afirmações abriu-se os debates, tendo em vista que o
21 Pleno já estava com quórum de 21 Conselheiros para as deliberações. Paulo Oliva - Se as reuniões não
22 conseguem ser realizadas por inúmeras razões, cabe organizar conjuntamente; não tem sentido os/as
23 conselheiros/as ficarem à mercê de uma assembleia que não acontece. Propôs ao atual Conselho insistir na
24 organização da Conferência e esta pudesse servir como estratégia de mobilização para a eleição do novo
25 Conselho. Marcelo Brito – acha necessária a convocação do Pleno para que o regimento seja alterado. A
26 forma como o regimento interno está colocado, está engessando a ação do Conselho. O CMPC precisa criar
27 comissão eleitoral e cobrar a efetividade da presença do poder público. Existe parte que são da PCR e outras
28 que não são. UFPE e Câmara não são, por exemplo. Em relação à sociedade civil há uma dificuldade de se
29 fazer uma eleição sem que as pessoas estejam mobilizadas. A Conferência seria este fator de mobilização
30 num grande esforço para realizar a Conferência e eleição. Fernanda Freire – Destacou que dos assentos no
31 CMPC de 40 cadeiras, 15 são do município. Que esta questão também passa pela proposta da mudança de lei
32 que já está tramitando há mais de um ano. A renovação do Conselho deveria ter sido feita há quatro anos
33 atrás. Não há mais como esperar nada. Será mais um esforço marcar essa eleição e não ter ninguém. Vamos
34 realizar mais uma conferência no primeiro semestre do ano que vem. Há necessidade de alterar o regimento
35 para adequar ao quórum. Eduardo Vasconcelos – Manifestou preocupações em realizar a eleição em processo
36 de conferência e defendeu a realização primeiro da eleição. Ainda, cogitou o ano de trabalho do CMPC com
37 a eleição, conferência e a revisão do Plano de Cultura em 2019. Colocou que, para além de entender o papel
38 da Promotoria o CMPC segue uma base normativa que é a Lei e o Regimento Interno e estes devem ser
39 observados, principalmente quanto ao cumprimento da participação e presença dos/as conselheiros nas
40 reuniões. Apesar de parecer trabalhoso a realização da eleição será um grande momento para mobilizar essa
41 participação. Paulo Oliva – Em posicionamento defendeu a realização da eleição antes e depois esses novos
42 conselheiros irem para a Conferência, “com gosto de gás”. Acha que tem que viabilizar isso de alguma
43 maneira. Precisa do comprometimento dos representantes do poder público e da sociedade civil. No
44 momento de sua fala comunicou que, por razões particulares, abdica a indicação e eleição para compor a
45 comissão do teatro do parque e solicita que haja nova indicação para sua substituição. Feliciano Felix – todas
46 as questões são importantes e todas dependem do quórum. A reunião precisa ser validada, mas o primeiro
47 esforço é garantir que se tenha 27 pessoas, pois constatou-se que em 2017 pouquíssimas reuniões
48 aconteceram. JOSÉ MUNIZ (MOURA) – Questionou a efetividade das convocatórias e ausência de
49 conselheiros ressaltando o grande valor que cada um/a representa para este Conselho. Também apresentou

50 sugestão de se aproveitar a eleição para o conselho tutelar que deverá acontecer em 2019 para, no mesmo
51 processo, realizar a eleição para o CMPC. Fernanda Matos – Apresentou-se como representante da Secult/PE
52 em substituição à “incomparável” Teca Carlos. Trouxe a experiência e a construção metodológica do Plano
53 Estadual como um caminho para se pensar a Conferência do município. Relatou que houve o esforço de 3
54 (três) Conselhos Estaduais: Política Cultural, Consultivo do Audiovisual e o de Preservação do Patrimônio
55 que compuseram a comissão organizadora e a Conferência foi preparada para cerca de duas mil pessoas e nas
56 pré-conferências teve eleição das comissões setoriais. Em que pese o êxito houve algumas dificuldades para
57 a recriação das câmaras. Algumas pré-conferências não aconteceram por falta de quórum. Também ponderou
58 se as dificuldades de reuniões não representa também a necessidade de atualizar a composição do CMPC do
59 Recife, de maneira a representar as ações Culturais do Recife Betânia Fernandes – Informou que já esteve
60 como integrante de inúmeros conselhos no município e do que pôde acompanhar não concorda de se fazer
61 conferência com eleição. Que se faça as atividades em separado. Marcelo Brito - Concorda com Fernanda
62 quanto à alteração do Regimento para a diminuição do quórum e defende que o número mínimo de 15 seja
63 razoável e que essa diminuição possa até surtir como estímulo para participação dos conselheiros além de
64 concordar com a sugestão de Moura. Caso não se conseguisse a eleição para alguns segmentos, na
65 Conferência poderia haver a eleição porque a conferência é um momento de aglutinação. Abordou também a
66 questão do Plano Municipal como não acompanhado pelo CMPC, no seu papel. Sugeriu também que as
67 câmaras técnicas pudessem convocar reuniões com a comunidade. Sônia Pinto – Questionou como seria a
68 condução das eleições, se pelo Art. 41 do Regimento Interno prevê-se a articulação de 19 Fóruns e a
69 inscrição prévia dos Delegados/as na base do Cadastro Cultural do Recife. Em aparte, Eduardo Vasconcelos
70 informa que esta alteração na lei prevê o cadastramento na hora. Aproveitou para atualizar a informação de
71 que o projeto de alteração da Lei do CMPC do Recife já havia seguido para a Câmara de Vereadores, mas
72 retornou para adequações de forma, de algumas palavras, exigência formal-jurídica e que o documento
73 encontra-se na Procuradoria Geral do Município para tais adequações. Em seguida, José Clementino
74 apresentou para votação a proposta quanto a realização de Eleição/Conferência, sendo que aprovou-se a
75 proposta do CMPC REALIZAR PRIMEIRO AS ELEIÇÕES. Também aprovou-se a data de realização do
76 Pleno com a finalidade de alterar o Regimento Interno como 18 de janeiro de 2019 e a próxima reunião
77 ordinária do CMC para 13 de dezembro/2018. Fernanda Freire – Relembrou que já existe Comissão Eleitoral
78 que, anteriormente estava sendo composta, dentre outros por ela própria, Teca Carlos, Arady José, Sonia
79 Pinto. Informando que alguns não estão mais no Conselho. Aproveitou para citar novamente a Rádio Frei
80 Caneca como um importante instrumento de comunicação com a sociedade nesse processo de eleição e
81 conferência. Eduardo Vasconcelos finalizou que é importante a experiência estadual naquilo que for possível
82 adaptar, pois no município há mecanismos como Fóruns, prazos, etc.. E todas as previsões contidas no
83 Regimento Interno. Que a Comissão eleitoral possa trazer já na próxima reunião a apresentação de um
84 cronograma para aprovação. Por fim, ratificou-se os nomes da Comissão Eleitoral com os nomes de:
85 Fernanda Freire, José Clementino, Eduardo Vasconcelos, Iana Marques, Roberto Carneiro, Sônia Pinto,
86 Moises Severino, Hermes José e Betânia Fernandes. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata que
87 depois de lida será aprovada e assinada por mim e pela Presidente do CMPC do Recife.

 - Secretária do CMPC.


de C.E.N.P.C /
C.M.P.C.